



**FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES**  
**TOMADA PÚBLICA DE CONTRIBUIÇÕES Nº 3/2018\_\_\_\_ - DE 21/09/2018 a 20/10/2018**  
**NOME: INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS**

- |   |  |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> agente econômico<br><input type="checkbox"/> consumidor ou usuário | <input checked="" type="checkbox"/> representante órgão de classe ou associação<br><input type="checkbox"/> representante de instituição governamental<br><input type="checkbox"/> representante de órgãos de defesa do consumidor |
|---|--|

**Tomada Pública de Contribuições sobre a verticalização da cadeia de distribuição de combustíveis.**

ASSUNTO	PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
<b>MODELO DE FUNCIONAMENTO DO MERCADO</b>	<p>Ampliar a discussão sobre o novo modelo de funcionamento do mercado e suas etapas de transição, com vistas a uma estrutura aberta, competitiva e responsável, evitando-se os riscos associados a intervenções pontuais.</p> <p>Elaborar proposta integrada e unificada para o marco legal e regulatório do setor de combustíveis no Brasil.</p>	<p>O Instituto Brasileiro de Petróleo Gás e Biocombustíveis (IBP) tem como missão promover o desenvolvimento da indústria nacional de petróleo, gás e biocombustíveis, visando uma indústria competitiva, ética e socialmente responsável.</p> <p>Recentemente o IBP criou a Secretaria Executiva de Downstream que tem como objetivos propor, em articulação com os agentes da indústria de óleo, gás e afins, o plano estratégico do <i>downstream</i> que assegure uma matriz energética diversificada, competitiva e transparente, além de um modelo de mercado que priorize o interesse do consumidor, o investimento e a competição em toda a cadeia.</p> <p>O IBP defende que haja uma discussão ampla sobre o modelo de funcionamento do mercado com vistas a uma estrutura aberta, competitiva e responsável, evitando-se os riscos associados a intervenções pontuais em um ambiente tão atípico como se mostra o mercado brasileiro.</p> <p>Desta forma, além de iniciativas visando o aprimoramento regulatório, o IBP sugere também a ponderação de ações focadas em mudanças que envolvam o modelo tributário do setor, incentivo a</p>

		<p>investimentos e medidas de controle e mitigação de fraudes fiscais e comércio irregular, envolvendo nesta discussão outros entes de governo, agentes, consultores e até universidades.</p> <p>Discussões amplas sobre o modelo novo e suas etapas de transição são, em princípio, complexas e por vezes alongadas, mas também é fato que mudanças pontuais - sem considerar o todo - podem levar a situações não mapeadas, cujos impactos negativos tendem a superar os benefícios almejados pelas soluções individuais.</p> <p>Assim, o Instituto sugere a elaboração de uma proposta integrada e unificada para o marco legal e regulatório brasileiro - e se propõe a contribuir em sua construção, a qual, na nossa opinião, deve prever uma fase de transição planejada adequadamente, a fim de não comprometer o equilíbrio e a segurança do abastecimento energético do país.</p>
<b>ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO</b>	<p>Proceder a análise de impacto regulatório – AIR prévio a implantação de qualquer medida liberalizante.</p> <p>Adotar medidas mediante análise global da realidade do mercado brasileiro e suas peculiaridades.</p>	<p>No que diz respeito às hipóteses de verticalização na cadeia de distribuição de combustíveis apresentadas nesta Tomada Pública de Contribuições (TPC), o IBP apresenta as seguintes considerações:</p> <p>Como princípio o IBP apoia um mercado mais aberto, competitivo e sem barreiras, mas sugere que este movimento seja feito como produto da análise global da realidade do mercado brasileiro e suas peculiaridades únicas. Adicionalmente, o IBP destaca a necessidade da Análise de Impacto Regulatório acerca dos temas acima relacionados, prévia a implantação de qualquer proposta sobre os temas relacionados nesta TPC.</p> <p>A cadeia de distribuição de combustíveis, por determinação legal, configura-se como um serviço de utilidade pública e a Lei do Petróleo ressalta que a política energética nacional deve, em primeiro lugar, enfatizar a “garantia do fornecimento dos derivados de petróleo em todo o território nacional”. Neste sentido, o marco regulatório da indústria de petróleo no Brasil prevê para as distribuidoras, independente de seus portes, exigências aderentes ao objetivo de garantia da</p>

		<p>segurança do abastecimento, como por exemplo, exigência de estoques mínimos operacionais, contratos de etanol anidro, dentre outros. Cabe destacar que a funcionalidade do referido marco regulatório foi demonstrada após a recente greve dos caminhoneiros, quando, em apenas cinco dias, grande parte do país já se encontrava abastecido de combustíveis líquidos.</p> <p>Uma eventual mudança nas regras atuais quanto à verticalização do setor deve ser antecedida de uma análise profunda que preveja a necessidade de remediação da grave questão de sonegação fiscal que afeta o livre mercado e a competição das empresas que atuam no setor. Desconhecer este fato é contribuir potencialmente para o agravamento de uma situação, cuja reversão tarda há muito. Desta forma, o IBP entende que este aspecto, por si só, condiciona a necessidade de uma análise de impacto regulatório prévio à adoção de tal medida liberalizante.</p>
<b>QUALIFICAÇÃO DE AGENTES DO MESMO SEGMENTO</b>	Avaliar a necessária adequação do perfil empresarial para as novas atribuições, eventualmente autorizadas, buscando-se o tratamento equânime a todos os atores do mesmo segmento.	<p>Numa eventual verticalização, novas empresas que atuam em outros segmentos a montante ou a jusante da distribuição, tais como produtores e importadores, entre outros, obviamente precisarão adequar suas instalações e seu perfil empresarial para misturar biocombustíveis, submeter-se a controle de qualidade, comercializar – sob fiscalização da ANP - produtos misturados, realizar boletim de conformidade e amostra-testemunha, havendo tratamento equânime a todos os atores do mesmo segmento. A verticalização da comercialização sem ser precedida destas medidas saneadoras não deve ser, obviamente, apoiada.</p> <p>O IBP tem reiterado sua crença de que somente com agentes estruturados e comprometidos – tão diversificados quanto seja possível- se construirá uma indústria aberta e competitiva, sólida e confiável para servir ao consumidor brasileiro.</p> <p>A medida proposta de comercialização por produtores e importadores, diretamente com a</p>

		<p>revenda, incorreria nos problemas de tributos e regulação, sendo uma medida específica, sem a análise de contexto completa que o IBP propõe neste documento. Dessa forma, o IBP reforça que esta medida não seja adotada de forma isolada.</p> <p>No que diz respeito aos temas relativos aos TRR apresentados nesta TPC, o IBP observa que, sob o ponto de vista de mercado e legislação, a figura do TRR foi concebida com o objetivo de assegurar o abastecimento de mercados não centrais e consumidores que possuam tancagens inferiores a 15m<sup>3</sup> de óleo diesel. Desta forma, não há por parte dos clientes atendidos por TRR a necessidade de consumo próprio de gasolina e/ou etanol.</p> <p>Adicionalmente, se autorizados a adquirir produtos diretamente dos produtores ou importadores, os TRR potencialmente passarão a constituir um novo grupo de agentes regulados com direitos similares às distribuidoras, porém sem as respectivas obrigações, o que demandaria uma completa revisão do marco regulatório, incluindo a reserva de mercado prevista na Resolução ANP nº 34/2007.</p> <p>As ressalvas relacionadas à sonegação de impostos, citadas anteriormente na discussão da verticalização, também são válidas para as questões aqui levantadas, no que tange à possível venda de outros produtos pelos TRRs, além da possível aquisição de produtos diretamente aos produtores e importadores, sem a figura do responsável fiscal pela cadeia de tributos dos combustíveis, representado hoje pelas distribuidoras.</p>

Este formulário deverá ser encaminhado à ANP para o endereço eletrônico: [tpc\\_verticalizacao@anp.gov.br](mailto:tpc_verticalizacao@anp.gov.br).